

IAOD do Deputado Ma Chi Seng em 11.11.2024

Prestar atenção à melhoria contínua da economia comunitária

Este ano, graças à melhoria das actividades integradas de turismo e lazer, registou-se um aumento do número de turistas e uma melhoria da taxa de emprego. A taxa de crescimento real do PIB nos três primeiros trimestres deste ano foi de 77,7 por cento em termos anuais. Em comparação com os últimos três anos, em que a economia esteve em declínio, o forte desempenho da recuperação da economia é uma justa oportunidade para a RAEM acumular energia, e resolver algumas questões sociais, económicas e da vida da população que foram e continuam a ser afectadas pela epidemia dos últimos anos.

As PME, nomeadamente da venda a retalho, restauração, pequenos negócios e serviços, estão espalhadas pelos diferentes bairros comunitários. Têm contacto directo com os cidadãos, desenvolvem negócios relacionados com o vestuário, a alimentação, a habitação e os transportes, bem como outros serviços necessários à vida quotidiana. O bom ou mau funcionamento das PME dos bairros comunitários é reflexo da boa ou má situação da economia.

Quanto à melhoria da economia dos bairros comunitários, o Governo tem manifestado a sua preocupação com a falta de turistas nas zonas relacionadas com a vida da população, e lançou algumas políticas para reforço da economia comunitária, por exemplo, o “Grande prémio para o consumo na Zona Norte durante os fins-de-semana”, o “Grande prémio para o consumo em Macau, etc., que surtiram resultados positivos. O desenvolvimento da economia comunitária necessita de acompanhamento contínuo, e tem de contar com várias medidas de apoio. Assim sendo, apresento as seguintes três sugestões:

1. Optimizar os trabalhos de revitalização dos bairros antigos, reforçando a “atração de turistas para as zonas comunitárias”. O Governo deve definir um conjunto de planos para a economia dos bairros comunitários, e esperar que o sector comercial e as grandes empresas ajudem a redirecionar os turistas das zonas turísticas mais visitadas e a levar esses turistas para outros bairros comunitários para consumirem, nomeadamente, melhorar os transportes públicos, e clarificar as orientações dos itinerários, optimizar as ligações entre os pontos turísticos, os bairros antigos e os hotéis, com vista a facilitar o acesso dos turistas às diversas zonas da cidade. Quanto mais conveniente forem os transportes, mais facilmente se atraem os consumidores.

Em segundo lugar, face aos novos grupos de consumidores e aos novos modelos de consumo, as PME devem conhecer com precisão as mudanças e tomar a iniciativa de reagir. Os consumidores são cada vez mais jovens e dão mais importância à personalização, à beleza, à procura de valores emocionais e à satisfação das necessidades de relacionamento social. Para o efeito, as PME devem conhecer com precisão as mudanças e tomar a iniciativa de responder às contingências, e não baixar os braços. Devem aproveitar as diversas medidas de apoio ao seu desenvolvimento, empenhando-se nas vertentes “online” e “offline”, melhorando os seus produtos e serviços, e elevando a sua qualidade e competitividade.

Terceiro, aproveitar a oportunidade da celebração do 25.º aniversário do retorno de Macau à Pátria para atrair visitantes para as zonas comunitárias. Proponho ao Governo que organize diversos tipos de actividades comemorativas, criando zonas de *check-in* para os visitantes e que, em conjugação com as visitas guiadas de turismo comunitário, se encontrem mais pontos de interesse para *check-in* nos bairros comunitários, para atrair a entrada de residentes e turistas nos bairros comunitários para consumir. Espera-se que essas actividades consigam atrair novos clientes e reter os actuais, promovendo a vitalidade económica das zonas comunitárias e impulsionando o desenvolvimento das PME.

IAOD do Deputado Ngan Iek Hang em 11.11.2024

Lidar com o envelhecimento populacional e a baixa taxa de natalidade

O envelhecimento populacional e a baixa taxa de natalidade são já problemas mundiais, e no 14.º Plano Quinquenal Nacional propõe-se a implementação de estratégias nacionais para dar resposta ao envelhecimento populacional, o aperfeiçoamento dos serviços com foco nos idosos e crianças, e o desenvolvimento de serviços de carácter universal e benéfico, de creches e de cuidados aos idosos. Macau também enfrenta estes desafios, e segundo as estatísticas de 2023 dos Serviços de Estatística e Censos, o envelhecimento populacional continua e a proporção da população idosa já aumentou para 14%, portanto, é cada vez maior a procura de vestuário, alimentação, habitação e transportes pelos idosos. Nos últimos anos, o Governo avançou com a criação do mecanismo de apoio aos idosos e lançou vários benefícios, mas como o subsídio e a pensão para idosos não são actualizados há muitos anos, muitos idosos não conseguem suportar as despesas do dia-a-dia, por isso, sugiro que se acelerem os estudos sobre o seu aumento, reforçando-se a política de benefícios para os idosos.

A política de residência para idosos, lançada nos últimos anos, oferece uma nova opção para os idosos viverem tranquilos. Muitos residentes já se mudaram para lá, por isso, espero que o Governo continue a melhorar os serviços naquela zona de residência e actualize e optimize as instalações complementares e os serviços. O Governo pode, por exemplo, tendo em conta as características dos idosos, criar novos produtos tecnológicos ou introduzir produtos tecnológicos compatíveis com os serviços de saúde, para prestar serviços adequados aos idosos que precisam de vigilância da saúde, e a longo prazo, tomando como ponto de partida a residência para idosos, pode estudar sobre como incentivar as empresas e instituições da área dos serviços sociais a empenharem-se na investigação e no desenvolvimento, para se introduzirem produtos e serviços inovadores e diversificados para os idosos, impulsionando o desenvolvimento da “indústria do cabelo de prata”.

A tendência de redução da natalidade agrava o impacto do envelhecimento da população. Em 2023, a taxa de natalidade desceu para 5,5 ‰ (5,5 por mil); no 3.º trimestre deste ano, registou-se um aumento de 57 nados-vivos (910) em comparação com o 2.º trimestre, porém, registou-se um decréscimo anual de 132 nados-vivos, evidenciando a tendência de redução da natalidade. Em Outubro, o nosso País lançou as “Medidas para acelerar o aperfeiçoamento duma sociedade amiga da procriação”, que incidem essencialmente sobre a licença e o subsídio de maternidade, a procriação saudável, os serviços de apoio à infância, a educação, a habitação, o emprego, etc., e muitas províncias e cidades do Interior da China já implementaram políticas de subsídio à natalidade. Assim, propõe-se ao Governo que tome como referência as experiências do Interior da China e de outros países e regiões no âmbito da licença pré e pós-natal, da licença de paternidade, da assistência médica, do subsídio, da profissão e da política de habitação, para, através da adopção de políticas, reduzir os custos dos residentes com a criação dos filhos, promover mais medidas favoráveis à família, criar uma sociedade amiga da criação de filhos e aumentar a vontade de procriar.

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 11.11.2024

Reforçar a colaboração interdepartamental no combate aos casamentos fictícios, à contratação falsa de TNR e ao trabalho ilegal

O “Regime jurídico dos controlos de migração e das autorizações de permanência e residência na RAEM” estabelece sanções para casamento fictício, contratação falsa de TNR e trabalho ilegal. Segundo a Direcção dos Serviços de Identificação, se forem detectados casos suspeitos de casamento fictício, os mesmos serão encaminhados para a polícia para acompanhamento e, caso sejam julgados culpados pelo tribunal, os respectivos BIR já obtidos serão cancelados. Com o desenvolvimento económico e o aperfeiçoamento dos benefícios sociais, existem em Macau não só casos de casamentos falsos, mas também de contratação falsa de trabalhadores não residentes e de trabalho ilegal, por isso, os residentes estão atentos à forma como o Governo os vai reprimir eficazmente. O Governo deve ainda cancelar, nos termos da lei, os BIR obtidos através de actos falsos, para aumentar os efeitos dissuasores.

Segundo os dados das autoridades de segurança, no primeiro semestre de 2024, houve 27 casamentos fictícios, mais dois em termos anuais; e 64 casos de “simulação de casamento, adopção ou contrato de trabalho”, um aumento anual de 12 por cento. As pessoas que simulam o casamento ou o contrato de trabalho para obter o BIR, não só procuram benefícios ilegais, ocupam recursos e regalias sociais, e perturbam o mercado de emprego, como também causam outros problemas de segurança. No passado, também houve pessoas que aproveitaram a sua qualidade de falso TNR e vieram a Macau para praticar crimes de usura e câmbio ilegal ou outras infracções, ameaçando a segurança de Macau.

Segundo alguns residentes, alguns casos de simulação de casamento ou de contrato de trabalho envolvem muitas pessoas, e as circunstâncias são complexas e absurdas, suspeitando-se de que haja grupos criminosos ou intermediários a prestar apoio, a ensinar as pessoas, a divulgar informações através da Internet para promover actividades ilícitas e a prática de crimes transfronteiriços, portanto, receiam que essas actividades se tornem mais organizadas e ocultas.

Manifesto o meu reconhecimento pelos esforços das autoridades na descoberta e no combate aos casamentos fictícios, mas estes crimes continuam por resolver por motivo de esses “documentos de identificação obtidos por actos enganosos” envolverem muitos interesses, e de dificuldades na denúncia e na apresentação de provas. Espera-se que as autoridades continuem a executar a lei com rigor; a reforçar a cooperação interdepartamental; a detectar, quanto antes, casos de casamentos fictícios e de falsos TNR, incluindo a verificação, por amostragem e por iniciativa própria, da veracidade dos casos de contratação de TNR, e o acompanhamento da situação de entrada e saída dos mesmos; a acompanhar, por iniciativa própria, os casos denunciados, para apurar se envolvem ou não criminalidade organizada ou actos de intermediação; a reforçar a troca de informações e a cooperação com as regiões vizinhas, etc. Espera-se que as autoridades revejam a situação da aplicação da lei e procedam ao seu aperfeiçoamento, para combater eficazmente esses crimes, cancelando, nos termos da lei, os respectivos bilhetes de identidade ou a autorização de permanência, ou

aplicando penas acessórias, em prol da salvaguarda dos direitos e interesses dos residentes locais e da manutenção da ordem e da segurança da sociedade.

Com o desenvolvimento económico e o aumento da procura de recursos humanos, o trabalho ilegal e o trabalho em local diferente do autorizado também merecem a nossa atenção. Nas operações conjuntas mensais, as autoridades interceptaram, pelo menos, dezenas de trabalhadores ilegais. Para além dos sectores tradicionais da construção civil e da restauração, houve, neste ano, vários casos de trabalho em local diferente do autorizado praticado por condutores, casos detectados em acidentes de viação, bem como casos em que estrangeiros, contratados por outrem ou por conta própria, prestam serviços de fotógrafo, com fins lucrativos, em casamentos e passeios turísticos.

Mas, mesmo que o pessoal da linha da frente se esforce na execução da lei, as sanções baixas e a falta de efeitos dissuasores continuam a ser os principais problemas de Macau no combate ao trabalho ilegal ou ao trabalho não autorizado. Por exemplo, de acordo com o relatório de trabalho da DSAL, em 2023, por violação da “Lei da contratação de trabalhadores não residentes” ou do “Regulamento sobre a proibição do trabalho ilegal”, cada empregador ou entidade contratante é punido, em média, com uma multa de 9366 patacas, sendo poucas as sanções acessórias aplicadas. Em comparação com os lucros ilícitos obtidos, o custo da infracção é extremamente baixo.

Apelo mais uma vez a todos os serviços públicos para que estudem em conjunto o combate ao trabalho ilegal, optimizem os mecanismos de inspecção, detecção e apresentação de queixas, reforcem as acções de fiscalização nos pontos negros e acompanhem activamente as queixas dos residentes. O mais importante é que, face às solicitações da sociedade ao longo dos anos quanto ao aperfeiçoamento das leis, o Governo responde sempre o seguinte: a atenção contínua, a auscultação das opiniões e a consideração prudente, etc., mas não tem ainda qualquer plano de trabalho nem calendarização concretos. Por esta razão, solicito mais uma vez ao Governo para aperfeiçoar uma série de regimes jurídicos de combate ao trabalho ilegal, incluindo o estudo sobre o aumento do limite máximo das multas e o aperfeiçoamento dos mecanismos eficazes de execução das normas relativas à reincidência e às sanções acessórias, para reprimir o trabalho ilegal e garantir o emprego dos residentes locais e o desenvolvimento saudável do sector.

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 11.11.2024

Reforçar o papel de suporte cultural para liderar o desenvolvimento da diversificação económica

Recentemente, o Secretário-Geral do Comité Central do Partido Comunista da China, Xi Jinping, afirmou, pela primeira vez, no seu discurso perante o Politburo, que era preciso ancorar os objectivos estratégicos da construção de uma grande potência cultural até 2035 e elevar constantemente o *soft power* cultural e a influência da cultura chinesa. Compreender o espírito do discurso é importante para a construção de Macau como uma “base de intercâmbio e cooperação que, tendo a cultura chinesa como predominante, promove a coexistência de diversas culturas” (“Uma Base”).

“Uma Base” é uma importante estratégia de desenvolvimento cultural do País, baseada nas vantagens de Macau. Nos últimos anos, o Governo tem-se empenhado na construção de “Uma Base” e, no reforço do intercâmbio e cooperação cultural, na criação de actividades de marca cultural, na formação de talentos nas áreas cultural e artística e na promoção do desenvolvimento das indústrias culturais, tendo obtido resultados frutíferos, o que destaca, continuamente, o cartão-de-visita da multiculturalidade de Macau.

Sob o actual mecanismo de trabalho reforçado pelo País, a construção de “Uma Base” deve ser orientada pelos objectivos estratégicos das potências culturais, com a elevação da sua posição e o enriquecimento do seu conteúdo, para promover os empreendimentos culturais e o desenvolvimento próspero das indústrias culturais, através da inovação cultural em combinação com a inovação científica e tecnológica. Daí se vê que o empenho na construção e no desenvolvimento da cultura têm um papel importante e de liderança na promoção do desenvolvimento diversificado da economia de Macau.

Segundo Xi Jinping, a cultura é primordial para desenvolvimento de alta qualidade. Assim, desenvolver a indústria cultural e estimular continuamente a inovação e a criatividade culturais de toda a nação é crucial para elevar quer o *soft power* do país ao nível cultural quer a influência da cultura chinesa.

Com base nesta orientação, nos últimos anos, o Interior da China conseguiu grande sucesso na promoção do desenvolvimento da indústria cultural, nomeadamente do desenvolvimento dos novos negócios culturais. Segundo as estatísticas, no ano passado, as receitas das empresas chinesas com novos negócios culturais ultrapassaram 5 biliões, com um crescimento médio de mais de 20% nos últimos cinco anos, daí ser significativo o seu efeito impulsionador.

Em termos de tendência de desenvolvimento, Macau deve, com fundamento na construção de “Uma Base” e aproveitando as vantagens dos seus recursos culturais e as tecnologias digitais, focar-se na exploração de novos negócios culturais e na implementação de novo modo de consumo cultural, contribuindo assim para a indústria cultural, a qual pode rapidamente tornar-se num factor de crescimento da economia, com mais emprego e mais espaços para o empreendedorismo jovem. Mais, através do desenvolvimento da indústria,

será possível estimular a inovação e a criatividade culturais de Macau, conduzindo a um desenvolvimento diversificado e de alta qualidade da economia.

De facto, há dez anos, o Governo lançou o plano de desenvolvimento das indústrias culturais, o qual já tem uma certa base, portanto, podemos, através da actualização do plano, introduzir a inovação tecnológica e o desenvolvimento integrado, para promover o novo modelo de desenvolvimento das indústrias culturais. O que merece a nossa reflexão é o seguinte: como Macau está a promover o desenvolvimento diversificado da economia, é necessário fazer uma ponderação multifacetada, ou seja, para além de procurar a inovação, não se podem estabelecer objectivos demasiado ambiciosos, há sim que aproveitar as nossas vantagens, definir o ponto adequado, seguir um caminho correcto e fazer as coisas correctas, pois só com concentração de forças é que conseguimos obter os resultados de desenvolvimento devidos.

Como todos sabem, a cultura é a alma de uma cidade, e as características culturais são o bem mais valioso e a base de Macau, e isto é também a raiz da “base”. Por isso, o desenvolvimento diversificado de Macau deve basear-se firmemente no seu próprio suporte cultural, dedicando-se com toda a alma ao cultivo de uma grande árvore industrial que promova o desenvolvimento diversificado de Macau, fazendo com que esta seja frondosa e frutífera.

Além disso, Macau deve desempenhar o seu papel de suporte na ligação com o mundo e no intercâmbio cultural diversificado, colaborar com o país na revitalização da comunicação internacional, desenvolver amplamente o intercâmbio e a cooperação cultural internacional e alargar a influência da cultura chinesa. Com a sua contribuição neste processo, Macau também amplia a sua influência.

IAOD do Deputado Leong Sun Iok em 11.11.2024

Prestar atenção à insuficiência de recintos desportivos em Macau

Com a procura de qualidade na vida e na saúde por parte dos residentes nos últimos anos, cada vez mais pessoas gostam de praticar desporto. Em Macau, os terrenos para a prática de desporto aumentaram, mas com o aumento da participação dos residentes, e com o surgimento, nestes últimos anos, de diversas modalidades desportivas e a partilha de recintos desportivos por atletas, estudantes e residentes, o espaço de utilização real per capita nem sempre apresenta um crescimento positivo. Espero que os terrenos do hipódromo e do parque temático do mundo oceânico sejam bem planeados e os terrenos desaproveitados sejam bem aproveitados, aumentando os espaços desportivos e de lazer, apoiando e satisfazendo as necessidades dos diferentes tipos de entusiastas do desporto e promovendo a saúde da população.

No passado, devido à escassez de terrenos e de recintos, algumas modalidades desportivas que exigiam mais espaço eram limitadas, o que fez com que não houvesse espaço suficiente para os atletas e residentes praticarem desporto, portanto, o desenvolvimento da indústria do desporto era limitado, por exemplo, o ringue de patinagem não foi construído de acordo com o plano inicial; as piscinas, e os campos de futebol, de badminton, de atletismo, de escalada, de tiro e de equitação não são suficientes; os estágios são suspensos sempre que há actividades na *Macau Dome*, e a modalidade *pickleball*, incluída na demonstração dos Jogos Olímpicos de Paris 2024, também se depara com falta de espaço. Existem cada vez mais residentes nas Ilhas, e como na Taipa existem dois terrenos grandes, espero que o Governo os desenvolva efectivamente, a fim de proporcionar à população instalações desportivas diversificadas.

Em Maio deste ano, o Governo recuperou o terreno do Jockey Clube, com uma área de 360 mil m², equivalente a 50 campos de futebol. A sua localização é boa, fica perto do centro modal de trânsito, e conta com todas as instalações e elementos complementares, portanto, tem grandes potencialidades de desenvolvimento. Espera-se que seja estudado o aproveitamento deste espaço num complexo desportivo e num local para desenvolver a indústria do desporto, a fim de satisfazer os cidadãos em relação aos espaços desportivos e, ao mesmo tempo, promover o desenvolvimento do desporto e da economia.

Mais, o terreno do antigo Parque Oceanis tem uma área de 130 m² e está desaproveitado há 27 anos. Apesar da sua inclusão na zona “Norte da Taipa – 2” do Plano Director da RAEM, só se pode avançar com as construções depois de emitidos os planos de pormenor. Ora, quanto a este terreno tão precioso junto ao mar, sugiro a sua transformação num parque urbano e florestal, para lazer, actividades culturais e criativas e desporto, ou seja, um local para lazer e consumo em que sejam plantadas muitas árvores e flores, para além das instalações para desporto e ginástica. O plano original daquele terreno previa a criação de uma ciclovia de lazer, de leste até à ciclovia da Zona de Lazer da Marginal da Taipa, então, o Governo pode criar um passeio verde ao longo deste

itinerário, melhorando o ambiente da ciclovia e criando um ponto para corridas, aumentando assim os elementos turísticos de Macau.

O aproveitamento eficaz dos terrenos desaproveitados tem um valor inestimável para o desenvolvimento do desporto. Os terrenos do Macau Jockey Club e do Parque Oceanis são recursos preciosos e, com um planeamento e desenvolvimento científico e racional, podem resolver a falta de campos desportivos e proporcionar, aos residentes, espaços para a prática desportiva diversificada e para promover o desenvolvimento do desporto. Espero que os serviços públicos acelerem o passo do planeamento e da construção, com vista a alcançar uma situação benéfica em termos quer dos recursos de terrenos quer do desporto.

IAOD do Deputado Ma Io Fong em 11.11.2024

Recorrer a vários meios para incutir nos jovens a consciência de crise, em prol dum ambiente saudável para o seu crescimento

Há dias, a Polícia Judiciária (PJ) emitiu um comunicado sobre o regresso de jogos perigosos, apelando aos pais e às escolas para prestarem mais atenção e ficarem alerta. Face à perigosidade desses jogos, que põe em causa a segurança da comunidade jovem, quero aqui apresentar a minha forte censura aos indivíduos que promovem e instigam a participação nestes jogos, em que se exige aos participantes, principalmente jovens e menores, actos de automutilação com efeitos prejudiciais ao nível físico e psicológico, e o fornecimento de dados pessoais e fotografias íntimas, entre outros desafios e tarefas. Mais, o jogo “sonho de voltar à Dinastia Tang”, referido no mesmo comunicado, com o seu nome bonito induz e manipula os participantes à prática de actos que põem em risco a vida e podem levar à perda de consciência e à suspensão das funções de órgãos. Todos os sectores da sociedade devem prestar a devida atenção a isto e recusar severamente estes jogos, para proteger a saúde física e mental dos jovens.

Na sequência do surgimento desses jogos no Interior da China, a PJ e os serviços de educação emitiram, atempadamente, comunicados para a sociedade e as escolas, demonstrando a importância e a atenção dadas ao crescimento dos jovens pelos serviços públicos. A rápida gestão da crise e a rapidez na comunicação merecem o reconhecimento e o elogio da sociedade. Para além de fazer soar o alarme na sociedade e da colaboração da sociedade, famílias e escola na repressão da propagação de maus actos, é ainda necessário incutir nos jovens a literacia digital e a consciência de crise, para estes aprenderem a resistir e a proteger-se, e também reforçar a orientação ideológica e educativa dos jovens, com vista a criar, através de diversos meios, um ambiente favorável ao seu crescimento.

Para proteger melhor as próximas gerações, apresento, mais uma vez, as seguintes sugestões, esperando que todos os sectores da sociedade defendam, em conjunto, um ambiente para o crescimento saudável dos jovens:

1. Empenhamento na promoção do desenvolvimento pedagógico nas aulas de educação para a vida

Por limitação das condições, existem diferenças nos trabalhos de promoção da educação para a vida, pois geralmente adopta-se a forma de palestra, e é difícil avaliar o grau de compreensão dos alunos. Por isso, sugiro ao Governo que aprenda com as regiões vizinhas onde a educação para a vida já se desenvolveu bastante, melhore e modernize os materiais didácticos, introduza um modelo de ensino diversificado, e defina instruções curriculares claras e exigências de carga lectiva para todos os níveis de ensino, para aumentar a eficácia da educação para a vida e apoiar os adolescentes a conhecerem claramente a fronteira entre os desafios e os comportamentos perigosos.

2. Criação de projectos de marca sobre literacia em cibersegurança, para apoiar os adolescentes a desenvolverem capacidades para a identificação dos perigos

Com o “Programa vacina antiburla no campus”, lançado recentemente pelo Governo em conjunto com as instituições do ensino superior, criou-se com sucesso um ambiente de rede seguro nos campus universitários. Sugiro o alargamento deste programa e a organização regular de actividades antiburla em todos os níveis do ensino não superior, para assegurar desde cedo a literacia na *internet*, abrangendo meios de identificação e de resposta aos diversos perigos e ciber-armadilhas. Através das aulas, do aconselhamento aos alunos e da colaboração entre a família e a escola, será possível desenvolver trabalhos abrangentes e diversificados na educação sobre literacia na *internet* junto de alunos e pais, vulgarizar a consciência sobre o cumprimento da lei, e criar e cultivar nos adolescentes uma consciência sobre os perigos da *internet*.

3. Trabalho conjunto do “Governo, Sociedade, Família e Escola” para proteger os jovens e inculcar-lhes conceitos correctos

O crescimento saudável dos jovens exige a colaboração de toda a sociedade, nomeadamente da família e da escola. Apelo às escolas e aos encarregados de educação para trabalharem em conjunto e prestarem atenção à vida escolar dos alunos, pois, as conversas e as condutas associadas aos jogos perigosos devem ser levadas a sério. Mais apelo para se evitar o surgimento em Macau de casos semelhantes aos referidos, através do reforço da comunicação entre o Governo e as escolas, do combate rigoroso à organização, instigação e indução de terceiros à prática de jogos, e da punição severa nos termos da lei. Devem ser criados mecanismos de cooperação e comunicação com os operadores de telecomunicações, devem monitorizar-se regularmente as redes, para comunicação com os serviços públicos e efectuar bloqueios quando se encontram comentários e informações relevantes nas redes e prevenir a disseminação de comentários e actos indevidos, concretizando as expectativas sociais sobre a protecção conjunta da cibersegurança por parte do Governo e das empresas.

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 11.11.2024

Optimizar o Fundo Educativo e reforçar o investimento na educação

A fusão dos três Fundos - do Ensino Superior, de Desenvolvimento Educativo e Acção Social Escolar - no Fundo Educativo contribui para a gestão centralizada dos recursos educativos e para o aperfeiçoamento da atribuição de subsídios e do mecanismo de fiscalização, e possibilita o aproveitamento razoável do erário público. As autoridades definiram normas rigorosas para o Fundo Educativo, satisfazendo as exigências de auditoria e mostrando prudência no uso do erário público; trata-se duma boa intenção, no entanto, na prática, as escolas e os docentes enfrentam muitas dificuldades e problemas. A complexidade dos procedimentos administrativos de requerimento, declaração, fiscalização e liquidação no âmbito do referido Fundo aumenta os trabalhos administrativos dos docentes, que não sabem bem como tratar desses procedimentos e estão cansados das exigências do Fundo. Nos últimos anos, os serviços de educação optimizaram os procedimentos, mas os efeitos não foram significativos, pois as muitas limitações para as disciplinas nucleares e a complexidade das regras e exigências para a execução de projectos continuam, o que só aumenta a pressão dos docentes e escolas, e, a longo prazo, em nada contribui para o desenvolvimento qualitativo do ensino local.

No Relatório das LAG para 2024, refere-se o aumento dos subsídios do pessoal docente, e no ano lectivo de 2024/2025, o subsídio para o desenvolvimento profissional e o subsídio directo aumentaram entre 3% e 2,63 e 3%, respectivamente, porém, o subsídio por turma não é actualizado há vários anos, daí a necessidade da sua revisão oportuna em função da realidade.

Assim, sugiro o seguinte:

1. Estudar sobre como optimizar o sistema electrónico e os procedimentos administrativos do Fundo Educativo, incluindo o pedido de subsídios, apreciação e aprovação, atribuição e fiscalização. Estudar também a viabilidade de subsidiar as escolas na contratação de, no mínimo, um trabalhador exclusivamente responsável pelos concursos públicos e trabalhos administrativos, e reforçar a sua formação. Tudo isto contribuirá para aumentar a eficiência administrativa e o profissionalismo, reduzir o tempo que os docentes gastam com os trabalhos administrativos, e permitir que se dediquem melhor aos trabalhos pedagógicos.

2. O Fundo Educativo visa promover o desenvolvimento do ensino, e a sua optimização é uma tarefa que implica várias partes, portanto, os serviços de educação devem passar de fiscalizador das escolas a parceiro, dialogando periodicamente com os directores das escolas e docentes, para se inteirarem das dificuldades práticas, discutir medidas de resposta, e prestar apoio adequado. Através da coordenação e colaboração das várias partes, será possível melhorar o regime, fazer bem os respectivos trabalhos, garantir o uso razoável do erário público, e reduzir a pressão das escolas ao nível administrativo.

3. Nos próximos anos lectivos, o Governo deve avançar com estudos sobre o aumento do subsídio por turma e a criação de mecanismos de revisão e aperfeiçoamento das remunerações e regalias dos docentes; e através da revisão e alteração do Quadro geral do pessoal docente das escolas particulares do ensino não superior, reforçar as garantias em termos de remunerações, regalias e aposentação, apoiando o pessoal em causa e demonstrando a sua importância.

4. A longo prazo, as autoridades devem melhorar os mecanismos de investimento financeiro para os diferentes níveis de ensino, com vista a proporcionar uma garantia institucional estável e suficiente de recursos para o desenvolvimento do sector educativo.

IAOD do Deputado Lei Chan U em 11.11.2024

Medidas para melhorar os rendimentos da população

Quase dois anos após a recuperação pós-pandemia, a economia e o sector do turismo de Macau estão a recuperar de forma satisfatória. Na semana dourada de Outubro, Macau recebeu cerca de um milhão de visitantes, nomeadamente 174 mil no dia 3, o número mais elevado num só dia. A despesa *per capita* dos visitantes também aumentou 40% em relação ao período anterior à pandemia, impulsionando um crescimento significativo da economia. No primeiro semestre deste ano, o PIB registou 204,27 mil milhões de patacas, recuperando a dimensão global da economia em 86,2%, comparativamente com o mesmo período de 2019. A situação do emprego continua a melhorar e, de acordo com o inquérito referente ao terceiro trimestre, a taxa geral de desemprego foi de 1,7% e a taxa de desemprego dos residentes situou-se em 2,3%, ambas inferiores às registadas no mesmo período antes da pandemia. A mediana do rendimento mensal dos residentes empregados cifrou-se em 20.500 patacas, mais 2,5% do que as 20 mil patacas registadas no mesmo período de 2019.

Mas isso não significa que a situação do emprego tenha recuperado completamente. Até ao momento, o sector do turismo ainda não recuperou os níveis pré-pandémicos. Entre Janeiro e Setembro deste ano, o número de visitantes atingiu 25,92 milhões, 85,8% comparativamente ao mesmo período de 2019. Além disso, as despesas dos visitantes foram cautelosas e o consumo dos residentes transbordou, o que fez com que o ritmo de recuperação dos diversos sectores de Macau não fosse uniforme. A mediana do rendimento mensal em muitos sectores ainda não recuperou os níveis pré-pandémicos. Por exemplo, no terceiro trimestre deste ano, a mediana do rendimento mensal no sector da produção e distribuição de electricidade, gás e água fixou-se em 20.500 patacas, apenas 82% das 25 mil patacas do mesmo período de 2019, e a do sector da restauração fixou-se em 12 mil patacas, sendo inferior às 13 mil patacas do mesmo período daquele ano. Mesmo que a mediana do rendimento mensal de alguns sectores fosse idêntica ou até ligeiramente superior à do mesmo período de 2019, o poder de compra real de muitos residentes diminuiu, tendo em conta a inflação dos últimos cinco anos. Além disso, o salário inicial de novos trabalhadores em alguns sectores também diminuiu em comparação com o período anterior à pandemia, ou seja, estes dados indicam que os rendimentos dos residentes ainda precisam de ser melhorados.

“Um bom governo assenta numa boa governação que garante o bem-estar da população”. Os rendimentos do trabalho são a principal fonte de receitas dos residentes, por isso, a sua distribuição equitativa constitui a base e a chave para uma protecção eficaz dos direitos e interesses laborais dos trabalhadores. O mecanismo de distribuição dos rendimentos do trabalho é um mecanismo especialmente destinado a garantir os rendimentos dos trabalhadores, traduzindo-se numa ferramenta importante para estes terem uma vida condigna e estando esta relacionada com a partilha dos frutos do desenvolvimento económico e com a harmonia e estabilidade sociais. Sugiro ao Governo que preste elevada atenção à questão dos rendimentos do trabalho dos residentes e que inicie, quando necessário, os respectivos estudos, para criar um regime de distribuição dos rendimentos justo e imparcial.

Face ao desequilíbrio da recuperação económica, o Governo lançou, este ano, várias actividades de promoção do consumo, tais como o “Grande prémio para o consumo na Zona Norte durante os fins-de-semana” e o “Grande prémio para o consumo em Macau”, para impulsionar o consumo nos bairros comunitários, bem como dinamizar o ambiente de negócios e a economia em geral. Espero que o Governo continue atento à situação da recuperação económica, dê importância à revitalização da economia comunitária e implemente, em tempo oportuno, medidas para promover o desenvolvimento económico equilibrado, para que os trabalhadores dos diversos sectores possam beneficiar da recuperação económica e se sintam mais reconhecidos e felizes.

IAOD do Deputado Lam U Tou em 11.11.2024

Rever a coordenação das obras da Zona A dos Novos Aterros Urbanos e as medidas provisórias para melhorar efectivamente o trânsito

A faixa de rodagem da Via de Acesso A2 (Via A2), no sentido da Zona A para a Península de Macau, foi aberta ao trânsito no passado sábado, mas, uma vez que o ponto de acesso desta Via na Zona A está ligado à Avenida Doutor Ma Man Kei e à Avenida de Tai On, e que estas duas avenidas ainda estão em obras de galerias técnicas e de arruamentos, após a sua conclusão e abertura, não será possível, a curto prazo, a circulação de veículos desde a Península de Macau até à Zona A. Mais, para possibilitar a abertura do sentido da Zona A para a Península de Macau, foi construída uma via provisória de acesso à Via A2 na Avenida de Hou Kong da Zona A, junto à Avenida de Tai On, e, segundo as informações divulgadas pelo Governo, esta via só tem uma faixa de rodagem, e os veículos vindos da Zona A, para chegarem à Península de Macau, têm de primeiro virar à direita para entrar nesta via e depois fazer uma curva de 180 graus para entrar na Via A2. Podemos imaginar que, nessa altura, a circulação de veículos não vai ser nada fluida.

A Zona A dos Novos Aterros é mesmo um “grande estaleiro”, pois, para além das obras de construção de vários edifícios, lá ainda estão a decorrer as obras de construção de galerias técnicas e de arruamentos, bem como as obras da Linha Leste do Metro Ligeiro. Como a Zona A ainda está em construção e as instalações habitacionais e comerciais ainda não foram inauguradas, a maioria dos residentes e veículos não entra neste “grande estaleiro”, a não ser que tenha de passar pela via necessária para circular entre o Posto Fronteiriço da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau e a Península de Macau. Entretanto, o Governo não construiu, rapidamente, a Via de Acesso A3, que vai passar pela Zona A e ligar directamente o Terminal Marítimo do Porto Exterior ao Posto Fronteiriço da ilha artificial, e, invocando a “prioridade das obras”, tem introduzido constantemente alterações nas vias da Zona A, que acabaram por piorar ainda mais a situação, já para não falar das indicações confusas e da abundância de placas de sinalização, tudo isto levando os condutores a queixarem-se das dificuldades de adaptação.

É de salientar que a Zona A dos Novos Aterros foi planeada a partir do zero e depois é que se avançou com a sua construção, portanto, o Governo, através do planeamento global e da coordenação das obras, podia ter minimizado os impactos na vida da população e no trânsito. No entanto, o Governo fez o contrário e, até ao momento, já tomou várias vezes medidas provisórias e limitou-se a fazer o que podia fazer no momento.

Por exemplo, o planeamento do projecto da Ponte A2 foi concluído em 2021, o concurso público foi lançado em 2022 e as obras arrancaram em finais de Dezembro do mesmo ano e ficaram concluídas em Outubro de 2024, mas não houve articulação com as obras das galerias técnicas dos respectivos arruamentos da Zona A; o processo de abertura das propostas do concurso público para as obras das galerias técnicas na Zona A e na Zona Norte foi concluído em Novembro de 2022, mas, até ao início de 2023, as obras ainda não tinham começado. Em resposta a uma interpelação escrita minha sobre o andamento das obras, o Governo afirmou que *“estão a ser executadas, de forma ordenada, as obras das cinco*

secções a norte da linha central da Zona A, prevendo-se a conclusão das mesmas no primeiro semestre de 2025, e a construção das restantes secções terá início em articulação com o desenvolvimento da Zona A". Actualmente, os factos provam que não há articulação eficaz entre as diversas obras da Zona A e, segundo as informações da Direcção dos Serviços de Obras Públicas, a conclusão das galerias técnicas na Zona Norte está prevista para Março do próximo ano, o que significa que a ponte A2, que deveria circular com dois sentidos, só pode circular num sentido, havendo um fenómeno estranho de dar uma volta de 180 graus para chegar à ponte, pelo menos até Março do próximo ano!

Não restam dúvidas de que, antes da entrada em funcionamento da Ponte A3, era difícil aliviar a pressão do trânsito na Rotunda da Amizade, e que a complexidade e a irracionalidade do trânsito entre a Zona A e a Península de Macau eram difíceis de resolver eficazmente. O fracasso do planeamento do trânsito e da execução das obras na Zona A reflecte as deficiências do Governo em termos de planeamento, coordenação e execução, bem como a falta de capacidade e de responsabilização dos governantes.

Assim, solicito aos serviços competentes que, tendo em conta o princípio de melhor servir a população, procedam a uma avaliação séria sobre a coordenação e organização das obras, por forma a evitar que as obras desordenadas continuem a afectar o trânsito. O Governo deve coordenar e acelerar a conclusão das obras de construção das galerias técnicas de ligação da Ponte A2 à Zona A, para que a circulação nos dois sentidos entre em funcionamento o mais rápido possível, e ainda fiscalizar a conclusão e a entrada em funcionamento da Ponte A3, com vista a concretizar os planos, de forma ordenada, seguindo o princípio de "ter por base a população", e só assim será possível resolver radicalmente, nos próximos anos, o problema da falta de fluidez do trânsito entre a ilha artificial, a Zona A e a Península de Macau. O novo Governo deve assumir as suas responsabilidades, concretizar o regime de responsabilização dos titulares de cargos públicos, isto é, "quem tem poder também tem deveres, e os deveres têm de ser cumpridos, caso contrário, será responsabilizado", e concretizar o conceito de "persistir no caminho certo e apostar na inovação", pois só assim vai surgir uma reviravolta no trânsito de Macau.

IAOD do Deputado Lam Lon Wai em 11.11.2024

Reforçar o mecanismo de incentivo ao casamento e construir uma sociedade amigável

Macau está a enfrentar um fenómeno social de abrandamento do crescimento populacional, envelhecimento populacional e baixa taxa de natalidade. Nos primeiros três trimestres de 2024, o número de nados-vivos locais foi de 2619, prevendo-se que o número total de nados-vivos deste ano seja igual ou inferior ao ano anterior. Isto traz constrangimentos à produção e distribuição de recursos, bem como desafios para o crescimento económico a longo prazo e para as políticas de bem-estar social. Nos últimos anos, para fazer face a situações semelhantes, o Gabinete do Conselho de Estado publicou “medidas para acelerar o aperfeiçoamento do sistema de políticas de apoio à natalidade e promover a construção de uma sociedade amigável à fertilidade”, para aperfeiçoar o respectivo mecanismo e criar um bom ambiente social. Para se adaptar à nova realidade do desenvolvimento demográfico, Macau deve tomar como referência as experiências do País para lançar políticas correspondentes.

Assim sendo, proponho ao Governo que avance com os seguintes trabalhos:

Primeiro, o Governo deve avançar, passo a passo, com o aumento da licença de maternidade para 90 dias, o que é importante para os cuidados com os recém-nascidos e para o apoio à maternidade. Quanto às políticas de apoio à habitação, devem ser concretizadas as políticas de habitação pública que incentivem o desenvolvimento familiar e os cuidados familiares, incluindo a permissão do pedido de fracção T2 em qualidade de uma pessoa, para apoiar os jovens a prepararem-se melhor para constituir e desenvolver a sua família. Pode ainda tomar-se como referência a política de atribuição de habitações públicas, adoptada nas regiões vizinhas, ou seja, a política de atribuição prioritária de uma habitação às famílias com recém-nascidos.

Há dias, o Senhor Chefe do Executivo indigitado, Sam Hou Fai, afirmou que, quanto à baixa natalidade, o Governo tem de ponderar a promoção da natalidade, cuja solução, para além do apoio ao nível das políticas, deve começar pelo ambiente na sociedade. Agora, entre os jovens surgiu a ideologia de “sem casamento nem filhos, felicidade por toda a vida”. Nos últimos anos, a ideia de procriação já passou para ter menos filhos e para práticas eugenistas. Assim, há que aproveitar o papel das associações cívicas no tocante à publicidade e à educação, incentivando e criando, em conjunto, um ambiente social que seja amigável à procriação, como, por exemplo, promover a constituição da família, a educação familiar e as virtudes familiares, assegurando os trabalhos sistemáticos a longo prazo e contribuindo para inculcar um juízo de valor positivo sobre o casamento e a procriação.

Por fim, antes de ter filhos, os jovens vão ponderar cautelosamente os encargos económicos, a educação e os cuidados a prestar, as preocupações ou demais factores que as mulheres consideram ao nível do desenvolvimento profissional, portanto, os serviços sociais devem persistir em assegurar os trabalhos de aconselhamento junto das famílias e os serviços infantis, ao que acresce ainda o aumento de recursos educativos de qualidade por

parte dos serviços de educação, com vista a aperfeiçoar as medidas complementares de apoio.

Temos de aumentar as políticas de incentivo, a licença de maternidade e o apoio à habitação. Temos também de reforçar a respectiva atmosfera na sociedade, aproveitando o papel que as associações cívicas têm na divulgação e educação para criar um ambiente social amigável. Há também que assegurar os serviços sociais, aperfeiçoando os respectivos elementos complementares. A sociedade tem de estar unida para assegurar as medidas relativas à natalidade e casamento, criando assim condições para o desenvolvimento demográfico da próxima geração.

IAOD dos Deputados Iau Teng Pio e Kou Kam Fai em 11.11.2024

Aproveitar bem o cartão-de-visita do Grande Prémio e construir em conjunto a "Cidade do Desporto"

O desporto está a desenvolver-se de forma estável e o Governo aproveita a realização de eventos desportivos de alto nível em Macau, para alargar o espaço de desenvolvimento da indústria desportiva. A 71.^a edição do Grande Prémio começa esta quinta-feira, mais de 90% dos bilhetes já foram vendidos, e as vendas de pacotes turísticos subiram 76% face aos anos anteriores. Isto demonstra que o Grande Prémio e outros grandes eventos desportivos conseguem atrair visitantes de todo o mundo e acredita-se que, com a introdução de provas como a primeira edição Taça do Mundo de FR e a Taça do Mundo de GT, as corridas de Macau vão dar um novo destaque ao automobilismo mundial.

Com a aproximação do Grande Prémio e a realização dos Jogos Nacionais no próximo ano, Macau deve aproveitar a tendência para promover o desenvolvimento da indústria desportiva através dos eventos desportivos. Face ao exposto, na nossa opinião, há que:

1. Promover eficazmente o desenvolvimento das indústrias locais através da plataforma criada pelo Grande Prémio, que é um evento desportivo e também uma plataforma importante para promover o desenvolvimento das indústrias locais. No ano passado, na 70.^a edição do Grande Prémio, a Comissão Organizadora colaborou com várias marcas e PME, lançou vários projectos, e estabeleceu, com sucesso, uma plataforma de cooperação com diversos sectores. Com base nisto, o Grande Prémio pode continuar, este ano, produzir efeitos dessas fortes sinergias, promovendo o desenvolvimento de alta qualidade do turismo e do desporto.

2. Aproveitar ao máximo o cartão-de-visita “Grande Prémio”. A industrialização do desporto e a organização de eventos desportivos são inseparáveis, e os eventos desportivos podem trazer enormes benefícios sociais e económicos. O “Décimo Quarto Plano Quinquenal para o Desenvolvimento do Desporto” propõe o desenvolvimento vigoroso das indústrias, como o turismo desportivo, e a promoção do turismo através do desporto. O turismo desportivo é uma nova tendência mundial que, segundo as estimativas da Organização Mundial do Turismo das Nações Unidas, terá um crescimento anual de 17,5% entre 2023 e 2030, e as perspectivas de desenvolvimento são enormes. Veja-se o exemplo do Grande Prémio do ano passado, que em seis dias de corridas contou com 145 mil espectadores de diferentes países e regiões, ou seja, para além dos locais, vieram espectadores do interior da China, de Hong Kong e do estrangeiro. Segundo as estatísticas, os espectadores-turistas impulsionaram o consumo, que atingiu mais 250 milhões, e o consumo *per capita* dos turistas que pernoveram em Macau ultrapassou 4 mil patacas, portanto, o Grande Prémio foi significativo na promoção da economia local, evidenciando o seu encanto particular enquanto um dos eventos mais antigos do desporto local. O Grande Prémio tem um significado extraordinário, atrai inúmeros turistas, e é uma força crucial para impulsionar as receitas do turismo e a diversificação adequada da economia.

Segundo o Presidente Xi Jinping, Macau, apesar de pequena, também consegue realizar grandes eventos, desde que tenha os meios correctos, boas políticas, agilidade e união de forças. Neste ano, realizaram-se 24 grandes actividades desportivas organizadas pelo Instituto do Desporto, que contaram com os resorts como co-organizadores, colaboradores e patrocinadores. Os grandes eventos desportivos envolvem enormes interesses socioeconómicos e podem contribuir para o desenvolvimento do desporto e do turismo. Estamos convictos de que, com a solidariedade dos sectores sociais de Macau, será possível aproveitar as oportunidades trazidas pelos eventos desportivos para aprofundar o modelo “Desporto +”, construindo, em conjunto, uma “cidade do desporto”.

IAOD do Deputado Leong Hong Sai em 11.11.2024

Aperfeiçoamento do ambiente livre de barreiras e aumento do subsídio de invalidez e do subsídio para os cuidadores

De acordo com os dados estatísticos do cartão de registo de avaliação da deficiência do IAS, até 30 de Setembro do corrente ano, o número total de portadores do cartão de registo de avaliação da deficiência válido é de 18 531, em comparação com o mês de Junho do mesmo ano, registou-se um aumento de 353 pessoas; mais, com o aumento da população idosa e tendo em conta as necessidades de acessibilidade das grávidas, crianças e doentes, etc., são cada vez mais as exigências quanto a um ambiente livre de barreiras e a atenção dada às pessoas portadoras de deficiência é grande e premente.

A construção de um ambiente livre de barreiras não só tem implicações com a protecção dos direitos e interesses dos grupos vulneráveis, mas também é um importante sinal de civilização e progresso da sociedade. O Presidente Xi Jinping afirmou que "a construção de instalações sem barreiras arquitectónicas é um sinal de civilização de um país e de uma sociedade, pelo que devemos prestar grande atenção a este assunto." No entanto, existe ainda um grande espaço para a optimização da supressão de barreiras arquitectónicas. Além disso, o subsídio de invalidez não é actualizado desde 2019, esperando-se que o Governo da RAEM o aumente em tempo oportuno, tendo em conta a inflação. Nos últimos anos, o Governo tem vindo a reforçar o apoio às pessoas portadoras de deficiência, mas quanto ao ambiente sem barreiras arquitectónicas, ao desenvolvimento de actividades para as pessoas portadoras de deficiência, às despesas necessárias para a reabilitação profissional e até ao apoio aos cuidadores, há ainda muito espaço para melhorias.

Com vista a melhorar a qualidade de vida das pessoas portadoras de deficiência, apresento as seguintes sugestões:

1. Com a entrada em vigor da “Lei sobre a construção de um ambiente sem barreiras” no País, espero que o Governo da RAEM siga as políticas nacionais e estude a produção legislativa desta matéria em Macau, para assegurar um ambiente sem barreiras nos espaços públicos e privados. Há que procurar melhorias para o regime de supervisão deste tipo de construção prevista na referida lei, ao abrigo do qual “as organizações e os indivíduos têm o direito de apresentar opiniões e sugestões para reforçar e melhorar a construção de um ambiente sem barreiras, e de apresentar queixas e denúncias contra actos que violem o disposto na presente lei”, pondo-se em prática o mecanismo de denúncia. Importa ainda implementar efectivamente as “Normas arquitectónicas para a concepção de design universal e livre de barreiras na RAEM” e fiscalizar, de forma adequada, o cumprimento e a cooperação por parte dos construtores privados na construção de instalações sem barreiras, para os portadores de deficiência poderem participar na vida social de forma justa e conveniente.

2. É necessário enriquecer o conteúdo relativo à troca de informações sem barreiras. Há que definir, claramente, a facilidade de acesso às informações públicas para os portadores de deficiência e idosos e, aquando da divulgação de informações sobre incidentes

imprevistos, adoptar, simultaneamente, uma forma de troca de informações sem barreiras, sempre que as condições o permitirem, em prol da deslocação segura das pessoas com deficiência e necessidades.

3. A responsabilidade inerente aos cuidadores é já pesada e acrescida ainda mais pela pressão das dificuldades financeiras. Assim, espera-se que o Governo aumente os subsídios para portadores de deficiência e alargue o seu âmbito. Convém também alargar os destinatários e o montante do subsídio para cuidadores. Há que, conforme o desenvolvimento do mercado e a inflação, rever atempadamente o nível dos subsídios para portadores de deficiência e cuidadores, com vista a que as suas vida e economia sejam salvaguardadas. Para além do apoio material, sugere-se que o Governo colabore com as empresas, disponibilizando medidas amigáveis para os cuidadores que têm trabalho efectivo, como, por exemplo, estipular licença para o prestador de cuidados, apoio psicológico, etc., a fim de aliviar a sua pressão e distribuir melhor a responsabilidade nos cuidados entre membros da família, criando assim uma atmosfera mais acolhedora e positiva na sociedade e promovendo a integração dos portadores de deficiência e cuidadores, com tranquilidade, na sociedade.

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 11.11.2024

Criar um mecanismo de comparticipação de custos sociais para um ambiente favorável à procriação

A taxa de natalidade tem vindo a diminuir nos últimos anos. Nos primeiros três trimestres do corrente ano, registaram-se 2619 nascimentos, menos 132 do que no período homólogo do ano passado. O incentivo à natalidade tornou-se um tema urgente e alvo de atenção social. A procriação é um processo que vai desde o nascimento do bebé até ao seu crescimento saudável, envolvendo vários factores internos e externos, como a fertilidade, a criação, a educação, etc. Por isso, face às mudanças ambientais da sociedade, a criação de um ambiente social favorável à procriação não depende apenas dos pais, mas também do Governo, das empresas e dos residentes.

Recentemente, o Governo anunciou a prorrogação do “Plano do subsídio complementar atribuído aos empregadores pela remuneração paga na licença de maternidade”, o que mereceu a concordância da sociedade. Devido à adopção da forma de diploma administrativo, o referido Plano tem condições para ser implementado de forma mais célere, com políticas de incentivo à natalidade, tendo em conta a realidade social e a taxa de natalidade. No entanto, o Plano é ainda provisório, com um prazo de prorrogação de dois anos e sete meses. Segundo a experiência da primeira fase, os trabalhos de revisão serão iniciados após a conclusão do Plano e, aliás, ainda é necessário algum tempo para a sua discussão no Conselho Permanente de Concertação Social, assim, existe um longo “período vazio”. Mesmo que haja retroactividade, continua a ser inconveniente para as empresas ou trabalhadores, o que em nada favorece a criação de um ambiente favorável para as famílias. Em Macau, são muitas as famílias em que ambos os pais trabalham, por isso, o incentivo à procriação tem, necessariamente, a ver com as empresas. Perante as incertezas existentes no ambiente económico actual, as condições de exploração de muitas PME também não são satisfatórias. A sociedade espera que o Governo desempenhe melhor o seu papel orientador.

É de salientar que, recentemente, o Conselho de Estado divulgou “Certas medidas para acelerar o aperfeiçoamento do sistema de políticas de apoio à natalidade e promover a construção de uma sociedade amigável à fertilidade”, nomeadamente medidas de aperfeiçoamento do regime de licença de maternidade que estabelecem claramente a coordenação de fundos de vários canais e a criação de um mecanismo razoável de “comparticipação de custos”, para as diversas licenças parentais poderem ser concretizadas. O conceito de “comparticipação de custos” vai contribuir para apoiar as empresas na implementação de mais medidas favoráveis à família, o que merece ser tomado como referência por Macau.

Para criar um ambiente social em que “o Governo, o comércio e a população” apoiem, em conjunto, o incentivo à natalidade, apresento as seguintes sugestões:

1. A nova ronda do “Plano do subsídio complementar à remuneração paga na licença de maternidade” tem a duração de dois anos e sete meses, e visa facilitar os pedidos apresentados pelos empregadores e trabalhadores das empresas, bem como promover um

ambiente social favorável à família. Esperamos que, futuramente, antes do termo do prazo do plano, se inicie, antecipadamente, a revisão da sua execução e se defina como objectivo a implementação da medida permanente, para que o subsídio possa ser implementado sem sobressaltos e sem rupturas.

2. Para fazer face à queda da taxa de natalidade e resolver as dificuldades de exploração das pequenas e médias empresas, o Governo deve, tomando como referência o “Plano do subsídio complementar atribuído aos empregadores pela remuneração paga na licença de maternidade”, proporcionar mais incentivos através de regulamento administrativo. Com uma razoável “partilha de custos” entre o Governo e as empresas, será possível estabelecer uma base para o prolongamento da licença de maternidade remunerada para 90 dias, o aumento da licença de paternidade, a criação da licença parental, do horário de amamentação e do horário de trabalho flexível, entre outras medidas de apoio à procriação.

3. Há que, tomando como referência as “Medidas para acelerar o aperfeiçoamento do sistema de políticas de apoio à natalidade e promover a construção de uma sociedade amigável à fertilidade”, acelerar a criação de um sistema global e sistemático de incentivo à procriação, rever o rumo a seguir na futura política demográfica e, através do respectivo planeamento, definir o incentivo à procriação como importante factor de ponderação para as futuras acções governativas das diversas Secretarias.

IAOD da Deputada Song Pek Kei em 11.11.2024

Melhorar a política de procriação e aumentar a confiança dos residentes na procriação

Nos últimos anos, a taxa de natalidade em Macau registou uma tendência decrescente, com apenas 1709 recém-nascidos no primeiro semestre deste ano, menos 10 por cento do que no ano passado. O efeito dos “bebés-dragão” não conseguiu alcançar os resultados esperados e a baixa taxa de natalidade tornou-se um problema de elevada importância para o futuro desenvolvimento de Macau.

Com o desenvolvimento social de Macau, o conceito de criação dos filhos e o seu custo mudaram bastante em relação ao passado. Em Macau, as famílias em que ambos os pais trabalham são comuns, assim, ambos os cônjuges têm de enfrentar as dificuldades de cuidar de crianças pequenas. Mesmo que as vagas em creches sejam suficientes, os horários do seu funcionamento são diferentes dos horários de trabalho dos pais, o que tem causado a muitas famílias dificuldades em assegurar o transporte dos filhos. Segundo, a pressão dos encargos financeiros também se tornou um dos factores importantes para muitas jovens considerarem a possibilidade de dar à luz. É certo que as políticas do Governo de proporcionar escolaridade gratuita durante 15 anos e de gratuidade dos cuidados de saúde para as crianças com menos de 10 anos podem, em certa medida, apoiar o desenvolvimento das famílias e, nos últimos anos, o Governo também ajustou o subsídio de nascimento para aliviar a pressão financeira das famílias. Porém, apesar do aumento contínuo da pressão da vida devido à elevada inflação e aos preços elevados, o Governo não ajustou, atempadamente, as medidas pertinentes, o que provocou uma desactualização, em termos da política de incentivo à procriação em Macau.

Face à grave redução da taxa de natalidade nos últimos anos, muitos países e regiões implementaram medidas de incentivo, nomeadamente, criaram comissões especializadas ao nível da cooperação interdepartamental em que se disponibilizam incentivos específicos a nível económico e nos âmbitos da educação, saúde, emprego, habitação, etc., procurando, através de todos os meios, elevar a taxa de natalidade. Recentemente, o Conselho de Estado divulgou as “Medidas para acelerar o aperfeiçoamento das políticas de apoio à natalidade e promover a construção de uma sociedade amiga da procriação”, tendo apresentado treze medidas em quatro grandes áreas, portanto, estas medidas podem servir de referência para Macau. O Governo da RAEM deve ponderar sobre esta matéria ao mais alto nível, nomeadamente, prestar apoio aos residentes para reduzir efectivamente os custos relacionados com a procriação, o período de crescimento das crianças e a educação, disponibilizando um conjunto de políticas de incentivo, para construir uma sociedade amiga da procriação, e com isso aumentar a confiança dos residentes e manter o desenvolvimento sustentável da sociedade.

Assim, apresento as seguintes opiniões:

1. Existem em Macau políticas e medidas de apoio na área da saúde, educação e benefícios sociais, mas não se procedeu a uma avaliação global para o incentivo à natalidade.

Assim, proponho ao Governo a criação de um serviço específico para delinear políticas, criar medidas e definir um plano para elevar a taxa de natalidade, com vista a fazer face ao problema do envelhecimento da população.

2. Quanto ao apoio económico, o Governo da RAEM deve rever as actuais políticas e medidas, e reforçar a colmatação das insuficiências, a fim de reduzir a pressão da natalidade. Actualmente, as vagas em creches são suficientes em Macau, mas as creches públicas e privadas não são totalmente gratuitas, e alguns residentes continuam a ter de suportar as despesas com estas, por isso, sugiro ao Governo que estude a possibilidade de as creches serem totalmente gratuitas, de ajustamento do subsídio de nascimento e de lançamento do subsídio para a criação, de modo a aliviar a pressão económica das famílias que cuidam dos filhos e a prestar-lhes um apoio mais abrangente.

3. Quanto à habitação, o Governo da RAEM deve melhorar as políticas de habitação pública, nomeadamente, lançar medidas específicas para os jovens recém-casados, por exemplo, estudar a possibilidade de trocar as fracções de habitação pública das diferentes tipologias de acordo com o número de filhos, para que as famílias possam viver felizes.

IAOD do Deputado Cheung Kin Chung em 11.11.2024

Promover activamente a integração profunda e o desenvolvimento de alta qualidade da cultura e do turismo

O Presidente Xi Jinping afirmou que é necessário promover o desenvolvimento integrado da cultura e do turismo, transformando a cultura e o turismo em indústrias pilares da economia. Devemos compreender profundamente o espírito das importantes palavras do Presidente Xi Jinping, promover activamente a profunda integração e o desenvolvimento de alta qualidade da cultura e do turismo de Macau, e desenvolver uma indústria de turismo e lazer integrado, de excelência, dedicada e forte.

Sob a liderança do Governo da RAEM, os sectores da indústria turística envidaram esforços conjuntos para tirar pleno proveito das políticas de apoio do Governo Central a Macau, adoptando várias medidas. Este ano, com o aumento estável do número de visitantes, o mercado turístico apresentou uma tendência de recuperação acelerada, prevendo-se que o número total de visitantes neste ano ultrapasse as expectativas e a tendência do desenvolvimento da economia turística continue a melhorar. Macau é uma cidade mundialmente famosa pela sua história e cultura, com uma riqueza cultural profunda. Temos potencialidades para continuar a desenvolver a integração profunda do turismo cultural, para que o turismo se transforme num meio de divulgação cultural de qualidade, para os turistas poderem sentir as características culturais e turísticas de Macau, em prol do impulsionamento do desenvolvimento do turismo e da economia.

Temos que tirar pleno proveito das condições favoráveis ao aumento do número de visitantes e, em conjugação com as características de Macau, como a fusão das culturas oriental e ocidental e a rica cultura intangível, lançar mais projectos inovadores para revitalizar os pontos turísticos culturais, responder às necessidades dos consumidores, especialmente dos jovens, revitalizar e preservar, de forma profunda, os edifícios ou locais antigos com valor histórico que podem ser explorados, através de reparação, remodelação e reutilização, transformando-os em locais de lazer culturais e turísticos, com elementos como a arte, a fotografia, a história única, o lazer, a venda a retalho e a gastronomia típica. Há que introduzir lojas de venda a retalho, cafés da moda e lojas de artigos criativos, criar mais locais apreciados por turistas e residentes, atrair os turistas a consumirem nos bairros, prolongar o seu tempo de permanência para consumirem, e contribuir para revitalizar a economia das zonas e promover o desenvolvimento equilibrado da região.

Comemora-se este ano o 25.º aniversário do Retorno de Macau à Pátria. No novo ponto de partida deste aniversário, é importante continuar a implementar, de forma inabalável, plena e correcta, o princípio “Um País, Dois Sistemas”, acelerar a diversificação adequada da economia, e promover a construção de alta qualidade da economia e do turismo de Macau e o seu desenvolvimento de alto nível. Os sectores do turismo de Macau vão continuar, como sempre, a apoiar fortemente a cooperação com o Chefe do Executivo e o Governo da RAEM na governação nos termos da lei, contribuindo para a consolidação do centro mundial de turismo e lazer de Macau, e para a promoção da integração profunda da cultura e do turismo.

IAOD do Deputado Wu Chou Kit em 11.11.2024

Cultivar a mentalidade inovadora e promover o desenvolvimento inovador da ciência e tecnologia

Na reunião em que foi adoptada a Decisão da 3.^a sessão plenária do 20.º Comité Central do PCC, o Presidente Xi sublinhou a necessidade de aproveitar a experiência adquirida com o aprofundamento global da reforma na nova era para realizar análises aprofundadas da nova conjuntura e dos novos requisitos em prol da promoção da modernização ao estilo chinês, bem como planear cientificamente, com base na sabedoria de todo o Partido e da sociedade em geral, o aprofundamento global da reforma e da modernização ao estilo chinês.

A transformação e a valorização da economia de Macau requerem não só a reconversão das indústrias tradicionais, mas também avanços na inovação tecnológica. O desenvolvimento inovador da tecnológica na Grande Baía traz oportunidades e desafios a Macau que devem ser plenamente aproveitadas considerando as vantagens únicas do princípio “um país, dois sistemas”. Assim, o Governo não se deve limitar à construção de infraestruturas dirigidas ao desenvolvimento inovador da tecnologia, mas também criar incentivos e um ambiente favorável à inovação tecnológica, promover o intercâmbio e a cooperação entre o Interior da China e o estrangeiro, preparar a captação e a formação de talentos tecnológicos de elevada qualidade e integrar recursos para a promoção conjunta do desenvolvimento económico da Grande Baía.

Desde sempre, o Governo tem investido muitos recursos na formação de jovens talentos. No ano passado, a Direcção dos Serviços de Educação e Desenvolvimento da Juventude (DSEDJ) e o Centro de Ciência de Macau co-organizaram o programa “Ciência e Tecnologia da Vila da Juventude”, que visa recrutar, em cada ano lectivo, 100 alunos do ensino secundário com aptidão no domínio da ciência e tecnologia, proporcionando-lhes formação especializada, de modo a identificar e formar, de forma específica, quadros de excelência desse domínio. Esta iniciativa não só inspirará os jovens a desenvolverem os seus talentos no domínio da ciência, como também os ajudará a estabelecer, a longo prazo, o objectivo de tornar Macau num local de destaque para a inovação tecnológica.

No futuro, Macau deve avançar com a implementação das políticas correspondentes e investir em recursos, empregar mais esforços para apoiar a inovação tecnológica e reforçar a cooperação com as cidades da Grande Baía. Só assim Macau poderá ganhar mais espaço para se desenvolver na economia da Grande Baía e concretizar os seus objectivos a longo prazo no domínio da inovação tecnológica.

Assim sendo, apresento as seguintes sugestões:

1. Face ao rápido desenvolvimento social, sugiro ao Governo que reforce o investimento nas acções de formação científica e tecnológica. Há que aumentar adequadamente, de acordo com as necessidades, o número de vagas nas respectivas formações para que mais alunos do ensino secundário possam ter acesso às novas áreas científicas e tecnológicas.

2. Apoiar as universidades locais na cooperação com universidades de renome a nível internacional e com as instituições de investigação de tecnologia de ponta. Cooperar nos programas de intercâmbio de estudantes e nos projectos de investigação, a fim de criar mais oportunidades de aprendizagem que lhes permita compreender os pontos de vista académicos das diferentes culturas, elevando a competitividade e visão internacional dos estudantes, no sentido de formar mais quadros qualificados influentes e de alta qualidade.

3. Actualmente, o ensino politécnico está a ser promovido com prioridade em todo o país, no sentido de formar quadros qualificados para a inovação tecnológica. Os programas curriculares no âmbito do politécnico devem acompanhar a evolução dos tempos. Assim, sugiro que sejam os serviços de educação a liderar os trabalhos de ajustamento e de inovação dos programas curriculares, a fim de garantir que o sistema educativo acompanha o ritmo do desenvolvimento.

4. As cidades da Grande Baía devem criar, em conjunto, instituições de investigação científica especializadas, desenvolver projectos com visão prospectiva, organizar cursos de alto nível, convidar investigadores para intercâmbios e cooperação, para que possam partilhar e aplicar os resultados da investigação científica.

5. As referidas cidades devem construir, em conjunto, uma base de investigação científica de alta qualidade, e com isso promover um bom ambiente e condições de investigação, atraindo assim a participação de quadros qualificados para as investigações científicas de alto nível.

IAOD do Deputado Chan Hou Seng em 11.11.2024

Cumprir o plano geral e recorrer à cultura para a revitalização de Macau

A 3.^a sessão plenária do 20.º Comité Central do PCC tomou a decisão de aprofundar as reformas de forma abrangente e promover a modernização ao estilo chinês, que consiste em 15 partes, incluindo a melhoria do elevado nível de abertura ao exterior e o aprofundamento da reforma do sistema e do mecanismo cultural. O Presidente Xi Jinping, ao presidir à recente sessão de estudo do Politburo, sublinhou também que o objectivo estratégico de uma nação cultural forte seria alcançado até 2035.

Na disposição geral de “cinco em um”, composta por economia, política, cultura, sociedade e civilização ecológica, o objectivo estratégico importante para o desenvolvimento nacional é uma nação cultural forte, e Macau deve, com as vantagens do princípio “um país, dois sistemas” e no contexto da estratégia de desenvolvimento regional da China na nova era, responder à política nacional e concretizar o objectivo estratégico do desenvolvimento regional, que consiste em revitalizar Macau através da cultura. Como integrar a cultura no desenvolvimento nacional em prol da concretização dos objectivos estratégicos do Estado é, afinal, uma tarefa central.

Como diz o velho ditado, e com razão, “se não houver um plano geral, qualquer zona bem governada continua a ser insignificante.” Podemos também entender isto da seguinte forma: se a RAEM pretende alcançar um grande desenvolvimento, tem de acompanhar o desenvolvimento nacional. Como o Estado atribuiu a Macau a posição de “uma base”, a sua revitalização através da cultura é indispensável para o seu desenvolvimento. O Governo deve unir a comunidade, recorrer à sabedoria colectiva e mobilizar o público para participar activamente nas várias formas da construção cultural; e o equilíbrio entre os benefícios sociais e económicos é crucial para o desenvolvimento a longo prazo de Macau.

Nas 15 partes da “Decisão” da 3.^a Sessão Plenária do 20.º Comité Central do PCC, as palavras-chave são sistema, mecanismo e instituição, e o cerne é inovação, aprofundamento, reforma, aperfeiçoamento e melhoria. Isto quer dizer que é crucial para promoção da modernização chinesa um maior aprofundamento integral, que depende da inovação, segurança e eficiência dos sistemas, mecanismos e instituições.

A décima parte da “Decisão” é “Aprofundar a reforma dos sistemas e dos mecanismos da cultura”, e uma vez que Macau está a preparar a reforma, isto faz-nos pensar sobre se devemos aperfeiçoar os mecanismos institucionais e funcionais dos serviços culturais, rever e reforçar os estudos sobre as políticas, fazer planos mais abrangentes e detalhados, reforçar o apoio político à sociedade, investir na sociedade, dinamizar o mercado, reforçar a gestão da qualidade, etc., e depois vêm as questões estratégicas e táticas. O Secretário-Geral Xi Jinping afirmou: “as táticas são orientadas pela estratégia e servem a estratégia, pois têm uma relação dialéctica e coerente, e há que combinar a firmeza da estratégia e a flexibilidade das táticas”. Para desenvolver Macau através da cultura, é importante persistir, e temos de reformar mais, e tudo o que beneficie o interesse geral da sociedade deve ser sempre apoiado pela população.

O Secretário-Geral Xi Jinping afirmou várias vezes que “as palavras ocas prejudicam o estado, e o trabalho prático faz prosperar o país”, e que “não se consegue nenhum resultado apenas falando e apregoando, antes sim trabalhando e fazendo”. Acreditamos que, sob a firme liderança do Governo, e com a união e o trabalho árduo da população, vamos mostrar a vitalidade de Macau e criar um futuro mais brilhante para a cultura de Macau.

IAOD do Deputado Lei Leong Wong em 11.11.2024

Reforço no apoio político para a concretização do princípio da imparcialidade na promoção do desenvolvimento do desporto de alta qualidade para pessoas portadoras de deficiência

A 17.^a edição dos Jogos Paralímpicos de Verão decorreu entre 28 de Agosto e 8 de Setembro do corrente ano. Infelizmente, os atletas de Macau-China não conseguiram qualquer medalha, mas competiram com o espírito desportivo de “*fair play*”, por isso trouxeram efeitos positivos para o desenvolvimento do desporto na RAEM e actuaram pela causa da deficiência. O Gabinete para os Assuntos de Hong Kong e Macau do Conselho de Estado enviou uma mensagem de felicitações à delegação de Macau, afirmando que os atletas desafiaram os limites, tentaram atingir a excelência e mostraram uma atitude de perseverança e persistência, pelo que a Pátria se sente orgulhosa e honrada por eles.

Ao longo dos anos, os atletas portadores de deficiência de Macau conquistaram vários prémios e glorificaram o nome da RAEM. Em 2021, o Chefe do Executivo enviou uma carta de felicitações à respectiva delegação desportiva, na qual afirmou claramente que o Governo vai continuar a apoiar o desenvolvimento do desporto para os portadores de deficiência de Macau e a empenhar-se na garantia dos diversos direitos desses atletas, proporcionando-lhes diversas condições favoráveis no âmbito do treino e na participação em competições. Mas, lamentavelmente, segundo as respectivas associações desportivas, o Governo da RAEM ajustou, neste ano, os apoios financeiros para as despesas correntes das associações e para as federações internacionais, bem como para os treinadores e treinadores assistentes. Por exemplo, quando as associações desportivas contratam um trabalhador administrativo a tempo inteiro, este tem de organizar e de planear os trabalhos para a participação nas competições anuais, e estas incluem equipas de várias faixas etárias, nomeadamente, jovens e adultos. Mas todo esse trabalho de formação de equipas é uma tarefa difícil, pois há atletas que participam individualmente e há outros que são apresentados por associações e, mais, estas são associações sem fins lucrativos e, como não dispõem de recursos financeiros para contratar muito pessoal para as tarefas diárias e a participação em competições externas, isso afecta gravemente o seu funcionamento, nomeadamente, no que respeita ao desenvolvimento do desporto para portadores de deficiência. Assim, tudo isto constitui, evidentemente, uma situação que contraria as promessas políticas do Governo da RAEM e que por isso merece a nossa reflexão.

Mais, algumas instalações desportivas do Governo, devido às suas condições limitadas, não conseguem satisfazer as necessidades das pessoas com deficiência, por isso, o treino dalgumas modalidades desportivas só pode ser realizado em espaços reduzidos nas respectivas sedes das associações. Isto já tem um grande impacto no treino dos actuais atletas, e nem sequer presta formação desportiva às futuras equipas de jovens. Com esta governação que pretende “obter bons resultados sem muito esforço”, como é que o Governo pode promover eficazmente o desenvolvimento do desporto das pessoas com deficiência?

O Livro Branco sobre o “Desenvolvimento da Causa Desportiva e a Garantia dos Direitos das Pessoas Portadoras de deficiências”, lançado em 2022 pelo Gabinete de Imprensa do Conselho de Estado da China, indica que o desporto é um meio eficaz para fortalecer a saúde física dos portadores de deficiência, recuperar o seu estado físico e mental, fazê-los participar na sociedade e concretizar o seu desenvolvimento integral, bem como uma via única para as pessoas conhecerem as potencialidades e os valores dos portadores de deficiência e promoverem o progresso harmonioso da sociedade. O desenvolvimento do desporto para pessoas com deficiência é relevante para garantir a sua igualdade de direitos, e promover o seu desenvolvimento integrado e a sua partilha dos resultados do desenvolvimento socioeconómico. O desporto para pessoas com deficiência foca-se, principalmente, na sua participação, o que é um direito fundamental das mesmas e uma protecção importante dos direitos humanos.

De facto, desde o 18.º Congresso Nacional, o Comité Central, com o Secretário-Geral Xi Jinping como núcleo, tem dado muita atenção às pessoas com deficiência e ao seu desenvolvimento profissional, integrando o desporto para pessoas com deficiência na prática desportiva de toda a população, na China saudável e no País forte na área do desporto. Em articulação com as políticas nacionais e na protecção dos direitos e interesses das pessoas com deficiência, o Governo da RAEM deve rever as actuais políticas relativas ao desporto para essas pessoas, para concretizar o objectivo de uma sociedade civilizada, isto é, “igualdade, participação e partilha”.

Pelo exposto, apresento as seguintes três sugestões e propostas:

1. Quanto aos requisitos de apoio financeiro, sugiro ao Governo que, antes da elaboração do plano para esse apoio, comunique com as partes interessadas, para recolher, amplamente, as suas opiniões e solicitações, tendo em conta, nomeadamente, a natureza da exploração, a dimensão do desenvolvimento e as necessidades de recursos humanos das associações, e defina um plano de apoio financeiro por categorias para as associações desportivas de menor dimensão para pessoas com deficiência, para assegurar o desenvolvimento sustentável do desporto para essas pessoas.

2. Relativamente às instalações para treinos, os atletas com deficiência têm determinadas exigências, mas, devido à limitação das instalações desportivas atribuídas pelo Governo, algumas modalidades de treinos só podem ser realizadas nos espaços reduzidos das sedes das associações, afectando os treinos desses atletas e o desenvolvimento sustentável do desporto para portadores de deficiência. Sugiro que o Governo aproveite os actuais recursos físicos para reforçar o apoio ao desporto para essas pessoas e que, a longo prazo, reserve, nos novos projectos públicos, espaços exclusivos de treinos desportivos para portadores de deficiência.

3. Apoiar o desenvolvimento do desporto para portadores de deficiência é uma orientação estratégica para o desenvolvimento do País. O Governo deve proceder, quanto antes, a uma avaliação sobre a actual política para o desporto de Macau, nomeadamente,

(Tradução)

reforçar o apoio aos atletas com deficiência, a fim de evitar impactos profundos na sua participação no desporto, contrariando as políticas e o rumo de desenvolvimento do País.

José Maria Pereira Coutinho

“A importância na comparação do PIB com FIB”

De acordo com o relatório divulgado no primeiro trimestre do corrente ano pela Associação Económica de Macau, o consumo interno local vai continuar a diminuir devido aos preços competitivos do outro lado das fronteiras.

De facto, não obstante a massa monetária continuar a aumentar devido ao imposto especial do jogo, contudo, a maioria dos cidadãos lutam com enormes dificuldades para pagar as despesas mensais face à diminuição dos rendimentos e nem mesmo conseguem acompanhar os elevados preços dos principais bens essenciais.

As despesas públicas representam um pesado fardo para o erário público e não estão a originar benefícios na empregabilidade. Não basta termos um elevado PIB (Produto Interno Bruto) mas ignorar a felicidade dos cidadãos. É necessário, que o Governo da RAEM atenda às principais preocupações dos cidadãos e providencie por exemplo o acesso aos serviços de saúde de qualidade, que a educação, trabalho e segurança estejam igualmente nestes patamares e interligados à sua felicidade.

Para sabermos, se os cidadãos vivem felizes, é necessário apurar, qual o actual índice do FIB (Felicidade Interna Bruta) que comparado com o PIB (Produto Interno Bruto) se consegue apurar a felicidade dos cidadãos sendo este (FIB) de facto, um importante medidor de progresso da RAEM.

São nove, os indicadores que compõem a FIB, desde a existência de bons padrões de vida económica, transparência, integridade e responsabilidade na governança pública, educação e saúde pública de qualidade, vitalidade e dinamismo comunitário, protecção e conservação ambiental, acesso igualitário à cultura, gestão equilibrada de tempo de trabalho e de descanso incluindo o bem-estar psicológico. São com estes indicadores que irão permitir ao Governo conhecer bem a realidade social e as principais razões de (des)contentamento que estão por detrás dos referidos indicadores.

Não nos parece ser elevado, o FIB da RAEM, se levarmos em consideração, os supracitados indicadores e comparadas as estatísticas dos suicídios que têm ocorrido nestes últimos anos e a permanente deterioração do consumo interno.

Vale referir, que o Governo tentou reactivar o consumo interno, mas os resultados foram negativos. O Programa de reactivação chamado “Grande Prémio do Consumo” distribuiu vales de desconto para determinadas zonas da cidade para atenuar o impacto negativo do número elevado de lojas e restaurantes fechados. Mas o insucesso do programa teve a ver com a complexidade do esquema que foi montado que desmotivou muitos consumidores que acharam os montantes bastantes baixos, vales de descontos com prazos muito curtos e de utilização limitada aos fins-de-semana.

Sugerimos ao Governo, que o Programa “Grande Prémio do Consumo” seja substituído por cartões de consumo electrónicos no valor de 8 mil patacas para abranger e beneficiar todos cidadãos principalmente as famílias mais carenciadas e que seja respeitada a vontade da maioria deles de poder consumir livremente no mercado interno estabelecendo limites temporais razoáveis e por aceitáveis.

IAOD do Deputado Che Sai Wang em 11.11.2024

Reforçar o investimento no ensino integrado

O ensino integrado começou há cerca de 20 anos, e o Governo lançou várias medidas para incentivar os alunos com necessidades educativas especiais a integrarem as escolas regulares. Segundo os dados oficiais, no ano lectivo de 2021/2022, o número de alunos do ensino integrado foi de 2244 e, nos últimos anos, o aumento médio anual foi de 200, indiciando o constante crescimento da procura deste tipo de ensino.

A especialização dos docentes é crucial para a implementação da política do ensino integrado. Para reforçar a especialização e o número de docentes locais, o Governo incluiu a introdução ao ensino especial como disciplina obrigatória nos vários cursos de licenciatura em educação, e proporciona aos docentes em exercício oportunidades de formação em ensino integrado, para dar resposta à procura de recursos humanos de qualidade desta área. No entanto, os professores já têm uma carga horária pesada e um volume de trabalho elevado, gastam muito tempo de trabalho e de descanso para lidar com assuntos bastante complexos, preparar e dar aulas, e fazer trabalhos administrativos, e, nas aulas, têm de atender ao andamento dos alunos, incluindo os que têm necessidades educativas especiais. Com a sobrecarga de trabalho, os professores dificilmente conseguem fazer bem todas as tarefas, e a eficácia pedagógica é posta em causa.

Actualmente, o ensino integrado abrange alunos com transtornos funcionais, dificuldades de aprendizagem, autismo e problemas emocionais crónicos, entre outras condições psicológicas e físicas, o que acarreta muitos desafios aos professores. Nos países e regiões com o ensino inclusivo bem-sucedido, as escolas contratam “professores sombra”, que prestam apoio especializado e individual às crianças com necessidades especiais, para responder às diversas necessidades do ensino integrado.

Mais, os pais, enquanto suportes das crianças, devem desempenhar durante muito tempo o importante papel de cuidador, e o período dourado de tratamento destas crianças é até aos 6 anos. Assim, para garantir o tratamento precoce, os pais têm de ter muito conhecimento sobre este tipo de crianças, pois só assim é que sabem identificar a condição e procurar os apoios. Mas, na realidade, os pais conhecem pouco esta questão, e muitas crianças só são levadas às instituições de avaliação quando apresentam já manifestações evidentes, e perdem assim o melhor período de tratamento.

Face ao aumento contínuo da procura do ensino integrado, o Governo deve reforçar a divulgação e a promoção, para elevar a consciência e a aceitabilidade da sociedade; responder às solicitações da sociedade, no sentido de aliviar a pressão dos professores, reforçando o apoio político ao ensino integrado; prestar apoio adequado às famílias de crianças com necessidades especiais; e considerar o recrutamento de professores qualificados ou de graduados, para trabalharem, após a formação, como “professores sombra”, e apoiarem os docentes no ensino integrado, por forma a alcançar melhores

resultados. Mais, deve fiscalizar a aplicação dos recursos do ensino especial, para garantir o uso adequado do erário público.

IAOD do Deputado Pang Chuan em 11.11.2024

Medidas para construir em Macau um sistema educativo de alta qualidade, melhorar o sistema e o mecanismo da inovação científica e tecnológica e melhorar o sistema e o mecanismo de quadros qualificados

Obrigado, Senhor Presidente! Senhor Presidente, caros colegas. A *QS Higher Ed Summit: Asia Pacific* realizou-se na Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau, de 5 a 7 de Novembro. Mais de 1200 delegados de mais de 300 universidades e instituições da região Ásia-Pacífico deslocaram-se a Macau para participarem no evento e discutirem, em conjunto, o rumo futuro do ensino superior, a par de divulgarem, amplamente, o desenvolvimento do ensino superior em Macau.

As instituições de ensino superior de Macau iniciaram já um novo ano lectivo. Segundo informações divulgadas, o número de estudantes inscritos nas diversas universidades aumentou em relação ao ano anterior. Neste ano, a Universidade de Macau tem 5300 novos estudantes, um aumento de mais de 20 por cento em relação ao ano anterior; a Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau tem 7600 novos estudantes, um aumento de cerca de 9 por cento em relação ao ano anterior; a Universidade Politécnica de Macau tem 2700 novos estudantes, um aumento de 23 por cento em relação ao ano anterior; a Universidade de Turismo de Macau tem mais de 900 novos estudantes, um aumento de mais de 50 por cento em relação ao ano anterior; a Universidade da Cidade de Macau tem mais de 4000 novos estudantes, um aumento de cerca de 3 por cento em relação ao ano anterior; e o Instituto de Enfermagem Kiang Wu de Macau tem mais de 300 novos estudantes, um aumento de 25 por cento em relação ao ano anterior.

As diversas universidades têm vindo a aumentar a sua escala e a melhorar a sua qualidade pedagógica. Ora, a Universidade de Macau ocupa o 180.º lugar no *Times Higher Education World University Rankings*, enquanto a Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau se encontra entre o 250 e o 300.º lugar. Outras instituições de ensino superior alcançaram, igualmente, excelentes resultados em diferentes domínios e a sua influência social tem vindo a aumentar. O ensino superior de Macau atingiu um novo marco no seu caminho para se tornar mais desenvolvido e forte.

Espero que o novo Governo da RAEM implemente, progressivamente, as várias medidas constantes do seu programa político relativas à construção em Macau de um sistema educativo de alta qualidade, à melhoria do sistema e do mecanismo de inovação científica e tecnológica e à melhoria do sistema e do mecanismo de quadros qualificados, de modo a transformar Macau num local de ensino superior e de inovação científica e tecnológica, onde se encontram quadros qualificados internacionais de elevada qualidade, para que Macau contribua, devidamente, para a construção de uma nação forte e para a grande causa do rejuvenescimento nacional.

IAOD da Deputada Leong On Kei em 11.11.2024

A indústria de convenções e exposições, enquanto parte importante da estratégia de promoção da diversificação adequada da economia de Macau, tem vindo a desenvolver-se a um ritmo acelerado nos últimos anos, com o número de convenções e exposições organizadas a aumentar de dia para dia. Macau conquistou, no ano passado, o prémio de “Melhor Cidade de Convenções da Ásia”, e voltou a ganhá-lo este ano. Quanto a essa indústria, as autoridades devem continuar a promover, activamente, o seu desenvolvimento internacionalizado, digitalizado, ecológico e profissionalizado orientado para o mercado, promovendo, activamente, a influência da marca “MICE² Macau x Hengqin”. No ambiente económico global em constante mudança, devem ser ainda mais desenvolvidas as marcas distintivas da MICE e alcançar maiores avanços, e reforçar a formação de talentos da MICE, de modo a expandir a influência das marcas da MICE de Macau no mercado internacional e fazer brilhar o cartão-de-visita de Macau, ao nível da mesma.

Com o crescimento contínuo das convenções e exposições, Macau deve, além de manter a respectiva quantidade, aperfeiçoar e otimizar as suas instalações de *software* e *hardware*, para melhorar a qualidade dessas actividades, aproveitando o seu posicionamento como “Um Centro, Uma Plataforma, Uma Base” e, partindo das características e vantagens do sector de convenções e exposições, criar uma marca com características de Macau, e continuar a promover a nova imagem de “uma convenção, dois locais”, aumentando a competitividade da marca “Macau Hengqin - convenções e exposições”. No processo de desenvolvimento, Macau deve continuar a inovar e a procurar mudanças para ser pioneiro e empreendedor, reforçando a transformação digital do sector referido e aproveitando a tecnologia digital para melhorar a eficiência e a qualidade dos serviços de convenções e exposições, a fim de se adaptar às mudanças da economia e da tecnologia global, alcançando uma maior inovação e avanço. Mais, há que alargar as funções de “convenções e exposições +”, promover a agregação de convenções, exposições, eventos, competições e espectáculos, para a integração do turismo de negócios, expandir os mercados de visitantes internacionais, prolongar o tempo de permanência dos clientes e empresários de convenções e exposições, reforçar o efeito impulsor do sector em causa e aperfeiçoar a cadeia da respectiva indústria, para impulsionar o desenvolvimento integrado de mais sectores, PME e bairros locais.

Os talentos são um pilar importante para o desenvolvimento do sector de convenções e exposições. O Governo lançou o “Programa de estímulo à formação de profissionais na área de convenções e exposições” e o “Programa de formação de pessoal técnico para o sector de convenções e exposições”, que atraíram muitos novos talentos para o seu desenvolvimento sustentável. O Governo deve reforçar a formação de talentos profissionais locais nas áreas de planeamento, publicidade e prestação de serviços, para satisfazer as necessidades de quadros qualificados e de alta tecnologia para o desenvolvimento do sector de convenções e exposições e das indústrias conexas, elevando a capacidade global e a competitividade do mesmo sector.

IAOD da Deputada Lo Choi In em 11.11.2024

Exortar o novo Governo a fazer bom uso da reserva de terrenos para atrair negócios e investimento, criar postos de trabalho, reforçar a segurança social e reduzir a disparidade económica

Os dados dos três trimestres deste ano demonstram que a economia de Macau está a melhorar, pois bateu-se o recorde de visitantes, as receitas fiscais do jogo aumentaram e o emprego estabilizou. Toda a sociedade reconhece os esforços do Governo e dos serviços públicos.

Já afirmei várias vezes aqui que não se pode olhar apenas para os dados maravilhosos, há que considerar todos os dados, não se pode descuidar a recuperação económica e não se deve relaxar o apoio às empresas. No mês passado, uma instituição financeira internacional citou dados do Fundo Monetário Internacional, afirmando que o PIB *per capita* de Macau ultrapassou um milhão de patacas, colocando Macau como segunda região mais rica do mundo. No entanto, a mediana do rendimento no terceiro trimestre deste ano foi de 20 mil patacas. Então, se cada residente ganha 20 mil patacas por mês, auferir 240 mil por ano, isto é, um quarto do PIB *per capita*, mas nas regiões mais ricas, o salário anual *per capita* é igual ou superior a metade do PIB *per capita*.

Na realidade, o salário de muitos residentes e trabalhadores nem chega a 20 mil patacas. Os Serviços de Estatística e Censos divulgaram recentemente o coeficiente de Gini, indicador do fosso entre ricos e pobres, que se aproximava do nível de alerta, 0,4, sem contar a redistribuição da riqueza, como a comparticipação pecuniária. A conjugação destes três conjuntos de dados permite uma compreensão mais profunda da situação económica da população.

Mais, quanto à economia comunitária, registou-se aumento do consumo dos turistas e da venda a retalho, mas a taxa de desocupação de lojas e escritórios também aumentou. Assim, a disparidade da recuperação económica está fielmente reflectida nos números.

São inúmeras as vozes da sociedade solicitando ao Governo que optimize o ambiente de negócios, oriente os turistas para consumir nos bairros comunitários, e promova a participação das seis concessionárias do jogo na revitalização desses bairros. Os serviços competentes empregaram todos os esforços para atrair turistas, mas há quem critique o Governo de ter lançado medidas ineficazes e definido um rumo uniforme, mas eu não concordo, porque os esforços e tentativas do Governo e dos serviços públicos nos últimos anos não podem ser desprezados. Só que, em termos objectivos, existem, de facto, certas condições e limitações, e os dados demonstram que a economia dos bairros comunitários depende sempre do consumo local, e perante a perda deste consumo devido a várias razões, não se pode depender apenas da reconversão dos estabelecimentos comerciais ou da visita de turistas aos bairros comunitários para se conseguir colmatar a situação e alcançar a recuperação total.

Para promover verdadeiramente a recuperação da economia comunitária e estimular o consumo, o Governo deve, através da redistribuição da riqueza, reforçar os benefícios sociais, incluindo o aumento da pensão e do subsídio para idosos. Mais, para manter o desenvolvimento económico estável, é indispensável aumentar os postos de trabalho, promover a ascensão profissional e aumentar os rendimentos dos cidadãos, mas, o pressuposto é captar mais negócios e investimentos e explorar novos sectores económicos. No entanto, com as quatro novas indústrias surgem oportunidades por todo o lado, mas a integração entre as duas regiões continua cheia de pontos fracos e desafios, portanto é preciso dar tempo e espaço suficientes para o crescimento gradual dessas indústrias.

Graças aos esforços do actual Governo, foram recuperados vários terrenos em reserva e existem novos aterros à espera de planeamento, por isso, apelo ao novo Governo para implementar, de forma correcta e empreendedora, a teoria keynesiana, planear de forma mais prospectiva, tomar a iniciativa e fazer bom uso dos terrenos em reserva e dos novos aterros, e para se empenhar na captação de investimento estrangeiro e na introdução de novas indústrias, para com base nos resultados já obtidos, construir um verdadeiro centro mundial de turismo e lazer, especialmente para responder à concorrência turística das regiões vizinhas.

Só com a introdução de grandes investimentos e de indústrias de alta qualidade é que será possível criar novos postos de trabalho, aumentando as saídas profissionais dos jovens, e só com o pleno emprego e o aumento dos rendimentos da população é que será possível promover o consumo local, estabilizar a recuperação da economia comunitária, do imobiliário e do mercado financeiro.

IAOD do Deputado Wang Sai Man em 11.11.2024

Melhoria das instalações complementares da Zona de Cooperação Aprofundada em prol do desenvolvimento integrado entre Hengqin e Macau

Nos últimos anos, a implementação do projecto “Novos Bairros de Macau” e de uma série de medidas de facilitação, como o serviço de aquisição de moeda dupla e a entrada em funcionamento do Centro de Serviços de Auto-Atendimento em Hengqin, tornou a vida em Hengqin mais conveniente e atractiva para os residentes de Macau. Por exemplo, o serviço de aquisição de moeda dupla permite aos residentes pagar em patacas ou em renminbi em Hengqin. A conveniência deste serviço financeiro transfronteiriço não só simplifica o consumo quotidiano, como também melhora, consideravelmente, a interconexão financeira entre Hengqin e Macau, permitindo aos residentes de Macau viverem em Hengqin sem terem de trocar de moeda frequentemente, e aumentando a comodidade e a estabilidade da sua experiência de vida.

Com o aperfeiçoamento gradual das instalações complementares do “Novo Bairro de Macau”, incluindo escola, centro de serviços para idosos, centro de serviços comunitários para famílias, bancos e estabelecimentos comerciais, o Posto de Saúde e o Centro de Serviços Automáticos de 24 horas do Governo da RAEM entrarão sucessivamente em funcionamento. Estas instalações irão satisfazer gradualmente as necessidades do dia-a-dia dos moradores desta zona, proporcionando um melhor ambiente de vida aos residentes de Macau que se deslocam para a Ilha de Hengqin.

Apesar disso, muitos residentes mantêm a sua atitude conservadora em relação ao desenvolvimento da Ilha de Hengqin. Alguns jovens que pretendem trabalhar na Ilha de Hengqin querem lá viver, mas o seu mercado de arrendamento de habitação ainda está em fase de desenvolvimento, o nível das rendas é insuficiente e o mercado é instável, deixando os jovens preocupados com o futuro do mercado de arrendamento. Comparando com Macau, as políticas de habitação aqui são mais estáveis, especialmente as medidas de garantia de habitação para os residentes locais, por isso, para estes, habitar em Macau dá mais estabilidade e confiança.

Apesar das medidas de passagem, muitos trabalhadores pendulares queixam-se da complexidade da travessia fronteiriça entre Macau e Hengqin, pois falta o transporte directo para o posto fronteiriço e, na hora de ponta, a espera é longa, implicando muita demora na ida e na volta. Quando estes residentes gastam muito tempo na passagem fronteiriça, a sua organização do trabalho e da vida é posta em causa, e a vontade de trabalhar em Hengqin sai afectada.

Assim, proponho o seguinte:

1. O Governo pode ponderar criar uma residência para apoio no alojamento de jovens de Macau que pretendam criar os seus próprios negócios ou trabalhar na Zona de Cooperação Aprofundada. Esta medida pode reduzir eficazmente o custo de vida dos jovens em Hengqin, aumentar a sua vontade de desenvolvimento, e incentivar mais jovens a

explorarem e a desenvolverem-se na referida Zona, com vista a promover ainda mais a integração profunda entre Hengqin e Macau.

2. Sugere-se que o Governo aperfeiçoe a passagem fronteiriça entre Hengqin e Macau, para aumentar a respectiva eficiência, e crie canais rápidos, nomeadamente durante as horas de ponta, para prestar serviços convenientes aos trabalhadores transfronteiriços. Mais, pode ser ponderado o aumento de meios de transporte público entre Hengqin e Macau, por exemplo, com a criação de mais carreiras directas, por forma a reduzir quer o tempo das deslocações quer os respectivos custos, proporcionando aos residentes locais a trabalhar e a morar em Hengqin melhores condições de transporte.

3. Os serviços competentes podem reforçar a divulgação sobre as perspectivas de desenvolvimento em Hengqin e realizar actividades periódicas de divulgação, para os residentes de Macau conhecerem melhor o plano de desenvolvimento e as diversas políticas, aumentando assim a sua confiança sobre Hengqin. Através de divulgação, será possível reforçar a transparência das políticas da Zona de Cooperação Aprofundada, permitindo aos nossos residentes conhecer claramente a estabilidade e a durabilidade das políticas, dissipando as suas dúvidas e aumentando a sua confiança em viver ali.